

Diário do Legislativo de 18/05/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 21ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 12/5/2004

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 15, 916 e 1.223/2003; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimento dos Deputados Rogério Correia e Durval Ângelo e das Deputadas Marília Campos e Jô Moraes; aprovação - Requerimentos das Comissões de Defesa do Consumidor, de Direitos Humanos, de Saúde e do Trabalho e dos Deputados André Quintão e Padre João; aprovação - Requerimento nº 2.308/2004; aprovação com a Emenda nº 1 - Requerimento nº 2.329/2004; aprovação - Requerimento nº 2.422/2004; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 2.436/2004; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 2.440/2004; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 102/2003; requerimento do Deputado Bonifácio Mourão; discurso do Deputado Leonardo Quintão; inexistência de quórum para votação e para a continuação dos trabalhos; prejudicialidade do requerimento - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Marília Campos - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco -

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 20h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os Requerimentos nºs 2.169, 2.170, 2.286, 2.287, 2.304 e 2.489/2004, bem como o Projeto de Resolução nº 1.214/2003 e os Projetos de Lei nºs 26, 313, 810, 1.292, 1.174 e 1.311/2003, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 15/2003, do Deputado Weliton Prado, que assegura aos estudantes universitários a contagem como jornada de atividade em estágio das horas-aula ministradas em curso pré-vestibular popular, comunitário ou similar. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 916/2003, do Deputado Adalclever Lopes, que altera a Lei nº 2.081, de 12/1/96, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santana do Manhuaçu o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.223/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piracema o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento dos Deputados Rogério Correia e Durval Ângelo e das Deputadas Marília Campos e Jô Moraes, em que solicitam seja encaminhada à ONU mensagem solicitando medidas firmes e urgentes contra as bárbaras e reiteradas ações de tortura praticadas pelo exército dos Estados Unidos, reivindicando manifestações e esforços públicos no organismo internacional para obter a demissão, pelo Governo norte-americano, do Secretário de Defesa daquele País, Donald Rumsfeld. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando informações ao Diretor de Qualidade do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO - sobre o posicionamento do órgão quanto aos aparelhos eliminadores de ar fabricados pela empresa Dolphin. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ofício à síndica do Condomínio do Conjunto Kubitschek, solicitando-lhe cópia autenticada do Regimento Interno do citado condomínio e das atas de reuniões dos condôminos. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Saúde, solicitando seja encaminhado ofício ao Ministro da Saúde, solicitando informações sobre a resposta da Casa Civil da Presidência da República acerca do documento enviado pelo Ministério, contendo o projeto de grupo de estudo do qual fez parte a Profª. Adilza Dode, da UFMG, sobre o possível impacto na saúde pública decorrente da instalação de Estações de Rádio-Base para telecomunicações. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão do Trabalho, pedindo seja encaminhado ofício ao Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais, solicitando cópia dos relatórios e documentos de fiscalizações realizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho Erastótenes Gonçalves e João Batista Soares Lage relativas aos estabelecimentos rurais do Município de Unaí. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado André Quintão, solicitando informações ao Presidente da Fundação Nacional de Saúde sobre os convênios celebrados com o Município de Virgem da Lapa para atendimento de urgência aos abrigados vítimas de chuvas e para saneamento do Bairro de Lourdes. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Padre João, solicitando que o Projeto de Lei nº 1.415 seja distribuído à Comissão de Política Agropecuária. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 2.308/2004, do Deputado Laudelino Augusto, que solicita ao Secretário de Transportes e Obras Públicas e ao Secretário de Defesa Social informações atinentes à construção de uma nova unidade de Centro de Recuperação e Segurança Pública na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.308/2004 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 2.329/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, que solicita à Secretaria de Agricultura e ao IMA informações sobre a revitalização do Programa de Certificação de Origem e Qualidade do Café - CERTICAFÉ. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 2.422/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita ao Superintendente-Geral da Polícia Civil a relação dos municípios de Minas Gerais que possuem Delegados de Polícia Civil. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.422/2004 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 2.436/2004, da Comissão de Administração Pública, em que solicita ao Presidente do BDMG esclarecimentos acerca das razões que motivaram a dispensa de licitação do adjudicatário da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, cujo extrato de dispensa foi publicado no "Minas Gerais", na data que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.436/2004 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 2.440/2004, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Secretário de Transportes e Obras Públicas informações sobre a possibilidade da formação de um consórcio para a execução da pavimentação da MG-760, que liga os Municípios de Timóteo e São José do Goiabal, e sobre a continuidade da pavimentação da MG-232, entre os Municípios de Santana do Paraíso e Braúnas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 102/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que fixa normas sobre a realização de concursos públicos destinados a provimento de cargos ou empregos na Administração Direta e Indireta do Estado. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, em que solicita o adiamento de discussão do Projeto de Lei nº 102/2003 por 5 dias. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Leonardo Quintão.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, esse requerimento refere-se ao Projeto de Lei nº 102/2003. Gostaria de encaminhar pela derrubada do requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, devido à urgência de mudarmos a política de concursos públicos em Minas Gerais, pois existe uma máfia instalada em todo o Brasil, e não apenas neste Estado, para promover concursos públicos e beneficiar empresas e cursinhos preparatórios.

Assim, eliminaremos essas brechas que beneficiam alguns. Nenhum concursado torna-se servidor público, e nenhum cidadão também não, pois o concursado nunca é chamado para tomar posse. Passei por problemas semelhantes quando era Vereador e, com a Prefeitura e os concursados, ajudei na fiscalização. No Estado, há pessoas aguardando ansiosas a nomeação. Entretanto, por causa de liminares acerca de editais de concursos, provavelmente apenas sonharão em tornar-se servidores públicos.

Portanto, não podemos adiar a votação desse projeto, já que foi discutido em todas as Comissões. Chegou a hora de Minas Gerais estabelecer a vanguarda na mudança da lei de concursos públicos e eliminar as brechas que beneficiam pessoas mal-intencionadas, que requerem liminares na justiça, visando ao adiamento de concursos públicos. Peço o voto do Bloco PT-PCdoB e do PSDB, do PDT, do PFL e do PMDB, meu partido, para aprovarmos o projeto em 1º turno. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para votação e para a continuação dos trabalhos. Em virtude da falta de quórum para votação, a Presidência declara prejudicado o requerimento do Deputado Bonifácio Mourão.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de amanhã, dia 13, às 9 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 4/5/2004

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Marília Campos, Alencar da Silveira Jr., André Quintão e Elmiro Nascimento, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Bejani, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação dos 108 funcionários da CEASA-MG que estão sendo demitidos e a apreciar a matéria constante na pauta. Prosseguindo, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Marcelo Correia de Moura Baptista, Diretor Coordenador-Geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - SINDIELETRO-MG -, e da Comissão dos Funcionários da CEASA Pós-1988, publicados no "Diário do Legislativo" em 29/4/2004. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.466/2004 (relator: Deputado Alberto Bejani). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A Deputada Marília Campos apresenta requerimento em que solicita seja retirado de pauta o Requerimento nº 2.679/2004. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.073/2003, 1.376, 1.448 e 1.419/2004, este com a Emenda nº1; e 1.273/2003 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Alberto

Bejani); 1.366, 1.373, 1.414, 1.450, 1.459/2004 (relatora: Deputada Marília Campos); 1.443, 1.452/2004 (relator: Deputado Alencar da Silveira Júnior), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Marília Campos em que solicita seja ouvido nesta reunião o Sr. Jorge Prado, Diretor do SINDADOS; seja encaminhado ofício ao Sr. Carlos Calazans, Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais, solicitando cópia dos relatórios e documentos de fiscalização realizados pelos auditores fiscais do trabalho Erastótenes Gonçalves e João Batista Soares Lage relativos aos estabelecimentos rurais situados no Município de Unai; e sejam solicitadas à direção da PRODEMG informações sobre as providências tomadas quanto ao pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores contratados pela CLT sem a realização de concurso público, considerado nulo de pleno direito pelo Ministério Público do Trabalho; do Deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita sejam ouvidos nesta reunião os Srs. Adailton Nunes, Diretor da Força Sindical, Rinaldo Hudson de Oliveira Castro, Presidente da Comissão de Funcionários Pós-1988 e Jacinto Augusto Jardim Leal, orientador de mercado da CEASA-MG. Submetidos a discussão e a votação, são aprovados os pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 457, 1.070, 1.216, 1.217, 1.219, 1.220, 1.225, 1.230, 1.231, 1.232, 1.233, 1.234, 1.241, 1.245, 1.249, 1.251, 1.252, 1.255, 1.264, 1.269, 1.272, 1.287, 1.288, 1.301, 1.303, 1.307, 1.308, 1.315, 1.317, 1.318, 1.322, 1.323, 1.325, 1.327, 1.332/2003. Registra-se a presença do Deputado Paulo Piau e da Deputada Lúcia Pacífico, e também dos Srs. Edson Rezende e Carlos Cateb, respectivamente, Presidente e Assessor Jurídico da CEASA-MG; Gualter Martins dos Santos, Presidente da Associação Recreativa e Beneficente dos Empregados da CEASA-MG; Rogério Fernandes e Adailton Nunes, respectivamente, Presidente e Diretor da Força Sindical de Minas Gerais; Rinaldo Hudson de Oliveira Castro, Presidente da Comissão de Funcionários Pós-1988; e Jorge Prado, Diretor do SINDADOS-MG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Alencar da Silveira Jr., autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2004.

Alberto Bejani, Presidente - Elmiro Nascimento - André Quintão - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 5/5/2004

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Lúcia Pacífico e Maria Tereza Lara (substituindo esta ao Deputado Roberto Carvalho, por indicação da Liderança do PT) e os Deputados Antônio Júlio, Jayro Lessa e Domingos Sávio (substituindo este à Deputada Vanessa Lucas, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Lúcia Pacífico, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a debater a questão da quitação dos imóveis financiados em virtude da promulgação da Lei Federal nº 10.150, de 21/12/2000; o índice de reajuste e tabelas de correção aplicadas no saldo devedor e nas prestações, tendo em vista a aplicação da tabela "price", uma vez que ela foi banida; e questões atinentes aos contratos de gaveta, sua legalidade e os valores de referência dos financiamentos. A Presidente comunica o recebimento de ofício da Perfil Engenharia Ltda., em que informa o resultado da reunião realizada para renegociação de débitos em atraso referentes ao Conjunto Habitacional Recanto da Lagoa, em Pará de Minas. A Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 931/2003 e informa que designou a Deputada Vanessa Lucas para relatá-lo, no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno do Projeto de Lei nº 982/2003 (relator: Deputado Antônio Júlio). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Paulo Cesar, solicitando a realização de reunião conjunta desta Comissão com as Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para discutir, em audiência pública, o fechamento das agências do BEMGE no Estado; do Deputado Chico Rafael, solicitando a realização de reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, com vistas à definição de regras justas e equânimes para a obtenção, junto ao DETRAN-MG, de credenciamento para o funcionamento de clínicas de psicologia e medicina do trânsito, de auto-escolas e de serviços de despachantes; do Deputado Biel Rocha (2), em que solicita seja manifestado o apoio desta Comissão à proposta de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito junto à Câmara dos Deputados, de iniciativa do Deputado Júlio Delgado, com vistas à apuração das irregularidades cometidas na execução do contrato de concessão de exploração do trecho da BR 040, entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, pela empresa concessionária - CONCER -; e solicitando a realização de audiência pública desta Comissão, com vistas a discutir o inadimplemento de cláusulas contratuais por parte da CONCER, uma vez que as tarifas que estão sendo cobradas dos usuários não correspondem ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a discutir, com a sociedade civil e com o Ministério Público, uma forma de ressarcimento dos valores indevidamente pagos; dos Deputados Jayro Lessa, Maria Tereza Lara, Lúcia Pacífico e Domingos Sávio (2), em que pleiteiam seja solicitada ao Presidente da COHAB-MG cópia do ofício encaminhado ao Tesouro Nacional, por via do qual aderiu ao acordo de novação de dívida do FCVS, com a consequente quitação dos contratos dos mutuários, nos termos da Lei nº 10.150, cópia da ata que autorizou a COHAB a realizar a operação junto à Caixa Econômica Federal e o envio, até 30/6/2004, do valor total a ser desembolsado pela COHAB para dar a quitação a todos os mutuários que têm este direito pela Lei nº 10.150; e em que solicitam sejam fornecidos a esta Comissão o valor dos repasses, pelo Tesouro Estadual, à COHAB, nos anos de 2000 a 2003, e a previsão para 2004, 2005 e 2006; a arrecadação a título de prestações recebidas dos mutuários e a quitação de saldo devedor, no mesmo período; o valor da operação realizada com a CEF, para fins da Lei nº 10.150, e o valor do saldo devedor total dos mutuários com cobertura de FCVS nos contratos; e da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja marcada audiência desta Comissão com o Governador do Estado, tão logo os documentos solicitados sejam recebidos. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados. Registra-se a presença dos Srs. Ronaldo Tadeu Bandeira de Mattos, Gerente Jurídico da COHAB-MG, representando seu Presidente; Vilza Maria de Alvarenga, Auxiliar Administrativa da Área do Sistema Financeiro da COHAB-MG; Marx Fernandes dos Santos, Walter Garcez Mares Júnior e Edênia do Amparo Fernandes Lopes, respectivamente Gerente de Mercado de Estado e Municípios, Gerente de Mercado e Gerente da Gerência de Administração de Crédito de Terceiros - GITER - da Caixa Econômica Federal; Denilson Aparecido Martins, Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor de Santa Luzia; e Luiz Mário Giuliani, membro da Comissão de Mutuários de Divinópolis. A Presidência concede a palavra à Deputada Maria Tereza Lara, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2004.

Lúcia Pacífica, Presidente - Vanessa Lucas - Maria Tereza Lara - Antônio Júlio.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 5/5/2004

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique, Mauro Lobo e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Antônio Augusto Anastasia, Secretário de Planejamento e Gestão; Experiêdião Izodoro Afonso Porto, Presidente da Câmara Municipal de Pompéu, e José Julio Pallone, Gerente-Geral da Agência Gutierrez

da Caixa Econômica Federal - CEF -, publicados no "Diário do Legislativo" de 16/4/2004; Francisco das Chagas Lopes, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo-Substituto - e José Roberto Avelar, Coordenador do CONSFUNDEF, publicados no "Diário do Legislativo" de 29/4/2004; Romeu Scarioli, Presidente do BDMG (2); publicados no "Diário do Legislativo" de dia 23/4 e 19/5/2004; Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas; Fernando Ferraz, Presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região; publicados, respectivamente, no "Diário do Legislativo" de 27/4 e 01/5/2004. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.576/2004, em turno único, e 521/2003, no 2º turno (Deputado Ermano Batista); 1.201 e 1.367/2003, no 1º turno, e 1.222/2003, no 2º turno (Deputado José Henrique); 1.199/2003, no 2º turno (Deputado Chico Simões); 566, 985 e 1.149/2003, no 1º turno, e 737/2003, no 2º turno (Deputado Jayro Lessa); 565/2003 e 1.053/2004, e Projeto de Resolução 684/2003, no 1º turno, e Projetos de Lei nºs 922/2003, no 2º turno (Deputado Doutor Viana); 1.253 e 1.319/2003, no 1º turno, e 735 e 1.101/2003, no 2º turno (Deputado Sebastião Helvécio); e 1.265, 1.282/2003 e 1.466/2004, no 1º turno, e 736 e 1.238/2003, no 2º turno, e Ofício nº 11/2004, em turno único (Deputado Mauro Lobo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 367/2003 (relator: Deputado Chico Simões); 1.053/2003 na forma do Substitutivo nº 2 da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (relator: Deputado Doutor Viana); 1.139/2003 na forma do Substitutivo nº1 (relator: Deputado Chico Simões); 1.282/2003 (relator: Deputado Mauro Lobo); 1.319/2003 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 1.377/2004 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Doutor Viana), e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 920/2003 (relator: Deputado Chico Simões) e 1.265/2003 (relator: Deputado Mauro Lobo). Os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.466/2004, 1.201 e 1.270/2003 deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Mauro Lobo, José Henrique e Sebastião Helvécio. Na fase de discussão do parecer do Deputado Ermano Batista, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 758/2003, é adiada a discussão, atendendo-se a requerimento do Deputado Sebastião Helvécio. O Projeto de Lei nº 566/2003 é baixado em diligência ao autor. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.624/2004 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Chico Simões). O Requerimento nº 2.785/2004 tem sua votação adiada, atendendo-se a requerimento do Deputado Chico Simões, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Mauro Lobo, Chico Simões, Antônio Júlio e Paulo Cesar, em que solicitam reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Municipais para tratar do fechamento de agências bancárias do Banco Itaú no Estado, e do Deputado Chico Simões, em que solicita que seja formulado apelo ao Deputado Mauri Torres, Presidente da Casa, para que inclua na ordem do dia do Plenário o Projeto de Lei nº 23/2003, e é rejeitado o requerimento do Deputado Antônio Júlio, em que solicita reunião conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para tratar do fechamento das agências bancárias do Banco Itaú no Estado. A seguir, é aprovado o Relatório da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais Referentes ao 2º e ao 3º Quadrimestres de 2003 Realizada em 31/3/2004, do Deputado Ermano Batista, transcrito a seguir.

"Este documento tem como objetivo atender ao disposto no requerimento aprovado em 30/9/2003, que solicita a elaboração de relatório a ser aprovado por esta Comissão, de forma a explicitar a posição do Poder Legislativo e a apontar os aspectos positivos detectados na gestão fiscal do Estado.

O Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária registrou a presença das Sras. Soraia Ghader, Diretora da Superintendência Central de Orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG -, representando o Secretário Antônio Anastasia, e Maria da Conceição Rezende, Diretora da Superintendência Central da Contadoria-Geral da Secretaria da Fazenda - SEF -, representando o Secretário Fuad Noman. Em seguida, teceu considerações de ordem técnica sobre o cumprimento das metas fiscais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - e, ao final, formulou três perguntas a serem respondidas pelos convidados.

Com a palavra, a Sra. Maria da Conceição fez uma rápida menção aos resultados alcançados por Minas Gerais no exercício de 2003, tendo em vista o esforço do Poder Executivo no âmbito do programa "choque de gestão". Ressaltou a significativa redução do déficit orçamentário fiscal, em relação ao exercício anterior, de quase R\$900.000.000,00 para aproximadamente R\$102.000.000,00, valor este que considera parcialmente os dados das empresas subvencionadas. Entendemos que o déficit nominal verificado no exercício reflete o esforço realizado para a obtenção de receitas adicionais e para a contenção dos gastos em custeio, porém ainda insuficiente para se alcançar o equilíbrio das contas públicas

Quanto à Receita Corrente Líquida, a representante da SEF apontou um crescimento nominal de mais de 14% em relação ao exercício de 2002, passando de R\$12.500.000.000,00 para R\$14.300.000.000,00. Salientou que a Receita Corrente Líquida reflete exatamente a receita operacional do Estado, constituída, em sua maior parte, pelos tributos e transferências, excluídas as receitas sazonais.

No tocante à execução orçamentária da despesa, verificou-se um crescimento nominal de 3,14% em relação ao montante gasto em 2002, com maior concentração em despesas correntes. Entendemos que o esforço despendido pelo Governo no controle das despesas públicas ficou evidenciado em três pontos: a) os gastos com pessoal (3,6%) refletiram tão-somente o crescimento vegetativo da folha de pagamento; b) os gastos com custeio cresceram apenas 3,7% contra uma inflação média de 9,3% medida pelo IPCA; c) os investimentos gerais do Estado diminuíram 27,3% em relação a 2002, o que reflete também as restrições legais para a obtenção de novos financiamentos.

Em resposta à primeira pergunta, a Sra. Maria da Conceição reconheceu que as metas estipuladas pela LRF têm metodologias de cálculo diferentes daquelas estabelecidas no acordo com a União. Assim, esclareceu que o objetivo do acordo com o Governo Federal é verificar o alcance dos resultados estabelecidos com base puramente na geração de receitas próprias do Estado, sem o comprometimento das receitas das autarquias, fundações e fundos estaduais. A Secretaria da Fazenda acredita que a maioria das metas pactuadas foi cumprida. Entretanto, aguarda a missão da Secretaria do Tesouro Nacional, entre os dias 12 e 14 de maio do corrente, para a consolidação desses resultados.

Conforme relato da Sra. Maria da Conceição, as seis metas estabelecidas no Programa para a Reestruturação e Ajuste Fiscal, firmado com a União, são:

a) dívida financeira sobre a Receita Líquida Real. Considerando que o valor alcançado foi de 3,05 contra um valor pactuado de 3,27, considera-se cumprida a meta.

b) resultado primário com as receitas da administração direta. O esforço fiscal realizado em 2003 e a conseqüente obtenção de um superávit de R\$1.157.000.000,00 permitiram a superação da meta pactuada no acordo estabelecido para 2003, de R\$815.000.000,00.

c) despesa com pessoal sobre a Receita Líquida Real. Observa-se que, para uma meta pactuada de 69,14%, o valor atingido foi de 67,17%. Assim, na visão do Governo do Estado, as três principais metas estabelecidas no acordo com a União foram cumpridas .

d) receita de arrecadação própria. Da mesma forma que as anteriores, observa-se um valor atingido de R\$13.418.000.000,00 em comparação com um valor previsto de R\$13.313.000.000,00.

e) receita de alienação de ativos. A meta pactuada de R\$60.000.000,00 milhões não foi alcançada no exercício de 2003, visto que o resultado da venda de ativos totalizou R\$27.000.000,00.

f) investimentos em relação à receita líquida real. Contra uma previsão contratual de 5%, a execução orçamentária revela o percentual de 3,03%, evidenciando o descumprimento do valor pactuado.

Em resposta à segunda pergunta, a Sra. Maria da Conceição informou que o Poder Executivo publicou o demonstrativo do gasto com pessoal referente ao 3º quadrimestre nos termos da Resolução nº 5, de 2001, do Tribunal de Contas do Estado, ou seja, com a exclusão dos gastos com inativos e pensionistas. Alegou que, de acordo com a LRF, os tribunais de contas têm a incumbência de acompanhar, fiscalizar e emitir a certidão de cumprimento dos índices dos Estados. Reconhecendo a existência de divergências, a convidada salientou a redução do comprometimento com pessoal do Poder Executivo de 61,67%, no exercício de 2002, para 53,65%, índice ainda acima do determinado pela lei complementar federal (49%). Nesse sentido, em face da dispersão de critérios e metodologias de cálculo, esta Comissão entende que a não-adoção de parâmetros uniformes para o cálculo do índice de comprometimento das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, previsto no art. 169 da Constituição da República, prejudica a transparência exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal e o entendimento por parte da sociedade.

Em resposta à pergunta a ela dirigida, a representante da SEPLAG informou a inexistência de impactos do disposto na versão atual do projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre parcerias público-privadas no limite de endividamento do Estado. Com relação às despesas de caráter continuado decorrentes das parcerias a serem celebradas, discorreu sobre a impossibilidade de avaliar a repercussão dos gastos no presente momento. Entretanto, afirmou que as implicações das parcerias nas despesas de caráter continuado estarão claras no Anexo de Metas Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias, em elaboração, e na proposta orçamentária para o exercício de 2005, bem como as medidas compensatórias exigidas pela LRF.

Em conclusão, em que pese a tendência de melhoria dos indicadores fiscais, especialmente o superávit primário, os números apresentados demonstram a persistência do desequilíbrio fiscal do Estado de Minas Gerais, evidenciado pelos sucessivos descumprimentos dos limites das despesas com pessoal e da dívida consolidada líquida em relação à Receita Corrente Líquida e da meta de resultado primário. Resta claro que a obtenção do equilíbrio fiscal nos futuros exercícios, pré-requisito fundamental para a retomada dos investimentos públicos do Estado, dependerá, de forma significativa, da continuidade do esforço para aumento da arrecadação própria do Estado, em conjunto com um controle rigoroso dos gastos com custeio e com pessoal.

Finalmente, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária se declarou satisfeito e fez uma avaliação positiva do encontro, solicitando às convidadas que levassem uma mensagem de otimismo ao Poder Executivo nas pessoas dos Secretários Antônio Anastasia e Fuad Noman". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2004.

Ermano Batista, Presidente - Jayro Lessa - Chico Simões - Sebastião Helvécio - Doutor Viana - José Henrique - Mauro Lobo.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 5/5/2004

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Leonídio Bouças, Sidinho do Ferrotaco e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sidinho do Ferrotaco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Geraldo Prudêncio, da Associação Comunitária Grupo Jovens União São Benedito - Colégio -, solicitando intervenção desta Comissão junto à Secretaria de Educação para viabilizar a construção da Escola Estadual São João da Escócia, localizada no Bairro São Benedito, e da Sra. Suzana de Oliveira Martins, da Superintendência Regional de Ensino da Metropolitana B, respondendo ao Requerimento nº 1.682/2003. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 634/2003 na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 507/2003 (relator: Deputado Adalclever Lopes); 1.355/2004 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); 1.375/2004 (relator: Deputado Weliton Prado); 1.404/2004 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); 1.405/2004 (relator: Deputado Leonídio Bouças); 1.407/2004 (relator: Deputado Adalclever Lopes); 1.458/2004 (relator: Deputado Sidinho do Ferrotaco); 1.460/2004 (relator: Deputado Leonídio Bouças); 1.461/2004 (relator: Deputado Weliton Prado). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.751, 2.753, 2.754 e 2.761/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Padre João, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir a segurança do patrimônio histórico do Município de Mariana. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2004.

Ermano Batista, Presidente - Maria Tereza Lara - Sidinho do Ferrotaco.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 5/5/2004

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Cesar, Biel Rocha e a Deputada Maria Olívia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Olívia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 2.752 e 2.778/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Cesar, Biel Rocha e da Deputada Maria Olívia, em que solicitam seja enviado ofício ao Presidente da CEMIG com pedido de informações sobre o consumo anual de energia elétrica na área rural do Estado em comparação com o consumo total e o consumo específico dos empreendimentos de turismo rural; Paulo Cesar e Biel Rocha, em que solicitam seja enviada ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado cópia de documento apresentado pelo Sr. Gessi Almeida Pereira, da OAB - Sub-seção Leopoldina -, na audiência pública desta Comissão naquele município, no último dia 30 de abril, o qual trata de desapropriação de um imóvel daquela cidade destinado à construção do fórum local; Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para debater as ações do Circuito das Malhas e a sua importância para o desenvolvimento do Sul de Minas e seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir o programa FIEMG Exporta Minas - FIEIX. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2004.

Paulo Cesar, Presidente - Biel Rocha - Maria Olívia.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 6/5/2004

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bonifácio Mourão, Ermano Batista, Arlen Santiago (substituindo este ao Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do BPSP) e a Deputada Maria Tereza Lara. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bonifácio Mourão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.573, 1.578, 1.581, 1.583 e 1.594/2004 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.572, 1.574, 1.586 e 1.593/2004 (relator: Deputado Leonídio Bouças); 1.585, 1.592 e 1.595/2004 (relator: Deputado Gustavo Valadares); 1.588/2004 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara); 1.571, 1.580, 1.584 e 1.590/2004 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.582 e 1.589/2004 (relator: Deputado Leonardo Moreira); 1.575, 1.577, 1.579 e 1.591/2004 (relator: Deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente informa que continua em discussão o parecer do relator, Deputado Leonídio Bouças, o Projeto de Lei Complementar nº 38/2003, o qual conclui pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade da matéria, momento em que a Deputada Maria Tereza Lara apresenta um voto em separado concluindo pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 38/2003. O Deputado Ermano Batista apresenta requerimento solicitando o adiamento da discussão do referido projeto. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. O Deputado Leonídio Bouças comparece no recinto. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.415/2004 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bonifácio Mourão); 1.263/2003 (relator: Deputado Arlen Santiago, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 552/2003 (relator: Deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 1.513/2004 é retirado de pauta por determinação do Presidente, uma vez que perdeu o prazo na Comissão. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.523/2004, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.470/2004 (relator: Deputado Bonifácio Mourão); e 1.567/2004 (relator: Deputado Gustavo Valadares). São aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.515 e 1.560/2004 (relator: Deputado Gustavo Valadares); 1.489/2004 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara); 1.562/2004 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.512 e 1.555/2004 (relator: Deputado Leonídio Bouças); 1.482/2004 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.545/2004 (relator: Deputado Leonardo Moreira); 1.490/2004 (relator: Deputado Bonifácio Mourão); e convertidos em diligência ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado - DER-MG os Projetos de Lei nºs 1.506/2004 (relator: Deputado Leonídio Bouças); 1.492 e 1.553/2004 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.491/2004 (relator: Deputado Gustavo Valadares); e sendo o Projeto de Lei nº 1.472/2004 convertido em diligência ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão (relator: Deputado Leonardo Moreira). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2004.

Bonifácio Mourão, Presidente - Ermano Batista - Maria Tereza Lara - Leonídio Bouças - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares.

ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 11/5/2004

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Domingos Sávio, Ermano Batista e Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BPSP). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a se discutir a situação atual dos órgãos de segurança pública de Minas Gerais, bem como o financiamento das polícias estaduais, e que serão analisadas a formação e a atuação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - CONSEPs - da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. José Antônio Braga, Juiz Corregedor e Diretor do Foro da Capital, indicando o Juiz de Direito Adilson Lamounier, para representá-lo na reunião. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Alberto Bejani em que solicita sejam convidados o Promotor de Justiça e o Delegado de Polícia de Cataguases para prestarem informações sobre o andamento das investigações sobre crimes de estelionato nas transações com gado na região; Rogério Correia em que solicita a realização de reunião da Comissão para se debaterem, em audiência pública, as condições e os equipamentos usados pelos bombeiros no combate ao incêndio ocorrido no Mercado Novo de Belo Horizonte. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto objeto da reunião. Registra-se a presença do Procurador de Justiça Júlio César Gutierrez, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar; do Juiz Adilson Lamounier, representando o Juiz José Antônio Braga, Corregedor e Diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte; do Sr. Modesto Marçal, representante do CONSEP da Pampulha, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Em seguida, o Presidente, autor do requerimento que deu origem aos debates, faz suas considerações iniciais; e logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente - Alberto Bejani - Leonardo Moreira - Rogério Correia - Zé Maia.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/5/2004

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos, Biel Rocha e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Carlos Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofícios dos Srs. Marcus Pestana, Secretário da Saúde, e Gilda Fontes Nicolai, do Serviço Disque Direitos Humanos, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, publicados no "Diário do Legislativo" de 6/5/2004; Antônio de Padova Marchi Júnior, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, publicado no "Diário do Legislativo" de 8/5/2004; José Eustáquio Lucas Pereira, Juiz de Direito da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, solicitando à Comissão que proceda a inclusão do nome do réu Ewerton Silva Xavier, filho de Margarida Fernandes de Abreu e Ewerton Xavier

de Abreu, bem como de seus familiares, no programa de proteção às testemunhas, PROVITA - Programa de Proteção às Testemunhas, pois eles estão correndo risco de vida; fax do Brasília Jurídica em que divulga a obra "Crime de Racismo e Anti-Semitismo", um julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal. O Presidente dá ciência aos Deputados dos relatórios relativos às visitas realizadas pela Comissão às cadeias públicas de Poços de Caldas e Andradas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Biel Rocha (2) em que solicita seja encaminhado ofício à Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Juiz de Fora, solicitando seu acompanhamento nas investigações que apuram a denúncia de perseguição e ameaça de morte contra o fotógrafo do jornal "Panorama", de Juiz de Fora, Sr. Lique Gávio, que teriam sido cometidos pelo Sr. Nelmerson Pires; e seja encaminhado ofício ao jornal "Panorama" de Juiz de Fora, manifestando a solidariedade e o apoio da Comissão a esse jornal e ao fotógrafo Lique Gávio, em virtude das ameaças por ele sofridas, quando no exercício de suas atribuições profissionais; Roberto Ramos em que solicita seja realizada visita da Comissão ao Juiz e ao Promotor de Justiça da Comarca de Sete Lagoas para solicitar agilidade em processo que figura como autor o Sr. Sebastião José de Oliveira; Deputado Durval Ângelo (7) em que solicita a realização de reunião no dia 13/5/2004, às 9 horas, no Teatro desta Casa, com a participação de representantes de entidades ligadas aos direitos humanos para a apresentação do Relatório Anual de Atividades da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos; sejam convidados para essa reunião o Sr. Nédens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado, e o Sr. Rômulo Ferraz, Procurador de Justiça; seja realizada audiência pública em Montes Claros, no dia 9/6/2004, com o objetivo de apurar denúncias referentes à tortura praticada contra o Sr. Eliezer Mendes Lima, acampado na Fazenda Covancas (Chico Mendes), localizada na cidade de Campo Azul e sejam averiguadas outras denúncias da prática de atos violentos cometidos contra acampados do Movimento dos Sem Terra, em áreas rurais da região; sejam marcadas visitas da Comissão às cadeias públicas dos Municípios de Andradas e Poços de Caldas; seja marcada uma audiência pública da Comissão no Município de Araguari, com o objetivo de acompanhar as investigações do homicídio praticado contra a menor Kelly Rayane Cardoso da Silva, ocorrido em 15/11/2003, nessa cidade; seja feito o encaminhamento de pedido ao Ministério Público do Estado, para que seja proposta medida judicial com a finalidade de se decretar a desativação imediata do 1º Distrito Policial de Contagem, localizado na Rua Rodrigues da Cunha, 434, no Bairro São Joaquim; seja realizada audiência pública no dia 18/5/2004, às 14h30min, nesta Casa, para se debater o laudo da perícia técnica de balística relativo à operação da Polícia Militar na Rodovia MG-10, em Vespasiano, a qual culminou na morte da vendedora Ana Paula Nápolis da Silva e na qual o Sr. Tarcísio Celso de Castro, Superintendente de Operações da CEMIG foi ferido. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2004.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Biel Rocha - Mauro Lobo.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/5/2004

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Carlos Pimenta e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ricardo Duarte, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Deputados Ricardo Duarte (Projeto de Lei nº 1.036/2003) e Carlos Pimenta (Projeto de Lei nº 1.528/2004). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente informa que, tendo sido concedida vista ao Deputado Neider Moreira do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.352/2004, no 1º turno, continua em discussão o parecer. A Presidência suspende a reunião por 5 minutos para os devidos entendimentos. Submetido a votação, o relator, Deputado Fahim Sawan, emite seu parecer pela aprovação da matéria. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.442/2004 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ricardo Duarte); 1.445/2004 (relator: Deputado Fahim Sawan). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Ricardo Duarte, em que solicita audiência pública da Comissão de Saúde com o Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Fuad Noman, e com o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia, e com outras autoridades ligadas à área da saúde, com a finalidade de se discutirem os recentes cortes orçamentários na área da saúde anunciados pelo Governo do Estado em vista da queda da arrecadação nos primeiros meses de 2004. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 18/5/2004, terça-feira, com a finalidade de se obterem informações sobre o incidente ocorrido no dia 1º/5/2004, entre as equipes de resgate do Corpo de Bombeiros e o atendimento móvel de urgência (SAMU), determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente - Fahim Sawan - Carlos Pimenta - Neider Moreira - Célio Moreira.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/5/2004

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique, Mauro Lobo e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, o Deputado Weliton Prado e a Deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. José Julio Coelho Pallone, Gerente-Geral da Agência Gutierrez da Caixa Econômica Federal - CEF -; Vera Lúcia Freitas Luzia, Presidente do Sindicato Varejista de Itulubaba, e Ruy Soares Leal, Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da CEF, publicados, respectivamente, no "Diário do Legislativo" dos dias 6, 7 e 8/5/2004. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 896/2003, no 1º turno, para o qual designou como relator o Deputado Sebastião Helvécio. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São distribuídos avulsos dos pareceres dos relatores sobre o Projeto de Lei nº 1.466/2004, que conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 10 (relator: Deputado Mauro Lobo); e sobre o Projeto de Lei nº 1.201/2003, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2 (relator: Deputado José Henrique). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 521/2003 (relator: Deputado Ermano Batista); 735/2003 (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 736/2003 (relator: Deputado Mauro Lobo); 737/2003 (relator: Deputado Jayro Lessa); 1.101/2003 (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 1.199/2003 (relator: Deputado Chico Simões); 1.222/2003 (relator: Deputado José Henrique); 1.238/2003 (relator: Deputado Mauro Lobo); pela aprovação, na forma do vencido no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 341/2003 (relator: Deputado Ermano Batista) e 922/2003 (relator: Deputado Doutor Viana); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 565/2003 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 3, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais (relator: Deputado Doutor Viana); 985/2003 (relator: Deputado Jayro Lessa); 1.253/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Sebastião Helvécio), registrando-se voto contrário do Deputado Jayro Lessa; 1.270/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde (relator: Deputado Sebastião Helvécio); e 1.367/2004 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor, com as Emendas nºs 2 e 3, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado José Henrique); e pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 758/2003 (relator: Deputado Ermano Batista). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.149/2003, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Jayro Lessa. O Projeto de Lei nº 1.426/2004 é convertido em diligência à Secretaria da Fazenda. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação, de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é rejeitado o Requerimento nº 2.785/2004, registrando-se os votos contrários dos Deputados Jayro Lessa e

Weliton Prado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Mauro Lobo, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 1.005/2003 convertido em diligência à Secretaria de Planejamento e Gestão, para que esta se manifeste sobre a repercussão financeira e orçamentária decorrente da aprovação desse projeto. São designados relatores, respectivamente, o Deputado Jayro Lessa para emitir parecer sobre requerimento do Deputado Adalclever Lopes, em que solicita ao Secretário da Fazenda informações sobre o contrato firmado entre o Estado e o Banco Itaú, e o Deputado Doutor Viana, para emitir parecer sobre requerimento dos Deputados Rogério Correia e Chico Simões, em que solicitam seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir cortes no orçamento do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias de hoje, às 20 horas, e amanhã, às 10 horas, e para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2004.

Ermano Batista, Presidente - José Henrique - Chico Simões - Marília Campos - Sebastião Helvécio - Doutor Viana - Mauro Lobo.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.956, em 12/5/2004

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Jô Moraes e os Deputados Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Jô Moraes, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar relator. O Presidente convida o Deputado Sebastião Helvécio para atuar como escrutinador. Procedida a apuração dos votos, é eleita para Presidente a Deputada Jô Moraes e, para Vice-Presidente, o Deputado Luiz Humberto Carneiro, ambos por unanimidade. A Deputada Jô Moraes declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Luiz Humberto Carneiro a quem passa a Presidência dos trabalhos. O Deputado Luiz Humberto Carneiro dá posse a Deputada Jô Moraes como Presidente e retorna a ela a direção dos trabalhos. Em seguida, a Deputada Jô Moraes designa o Deputado Luiz Humberto Carneiro para ser relator da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária a ser realizada amanhã, dia 13, às 9h45min, com a finalidade de se apreciar o parecer, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2004.

Jô Moraes, Presidente - Ivair Nogueira - Ana Maria Resende.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/5/2004

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Cesar, Maria Olívia e Biel Rocha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater em audiência pública o Projeto de Lei nº 1.121/2003 do Deputado Gilberto Abramo, e a apreciar matéria da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: fax do Sr. José Botafogo Gonçalves, Embaixador do Brasil na Argentina, que dispõe sobre matéria de interesse das indústrias de calçados do Brasil; e Ofício nº 438/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que encaminha expediente do Presidente da Câmara Municipal de Cambuquira, datado de 30/4/2004. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.529/2004, no 1º turno, para o qual designou relatora a Deputada Maria Olívia. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Biel Rocha, em que solicita sejam encaminhadas à diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - as críticas e sugestões apresentadas nesta audiência pública, solicitando-lhe repassar cópias ao órgão regulador do setor de substâncias neurotóxicas; e George Hilton, em que solicita seja realizada audiência pública na cidade de Teófilo Ottoni para discutir o Projeto de Lei nº 1.456/2004, de sua autoria. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discutirão o Projeto de Lei nº 1.121/2003, do Deputado Gilberto Abramo. Registra-se a presença dos seguintes convidados: Srs. Sebastião Mariano da Silva, Gerente Técnico Comercial dos Produtos Químicos Amazonas de Franca, SP, e representante do Presidente dessa empresa; Martinho Flech, Presidente do Centro Tecnológico de Calçados, Couros e Afins de Novo Hamburgo, RS; Anísio Lacerda Oliveira, João Sebastião Neto, Genivaldo José Furtado e Ramon Alves Amaral, respectivamente, Diretor Financeiro e membros do Sindicato das Indústrias de Calçado de Nova Serrana; Gilson Geraldo Xavier de Oliveira, Presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados de Minas Gerais; Vlademir Souza e José Flaviano de Melo Filho, respectivamente, Vice-Presidente e assessor da Associação Brasileira de Componentes para Couro, Calçado e Artefatos; e Sr. Gladstone Gripp, médico da Medicina do Trabalho das Indústrias de Nova Serrana, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados que, cada um por sua vez, fazem suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2004.

Paulo Cesar, Presidente - Maria Olívia - Antônio Júlio - Roberto Carvalho.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 34ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, a realizar-se em 18/5/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.441/2004, da Comissão do Trabalho, que solicita ao Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais cópia do contrato firmado entre aquela autarquia e a empresa GTech do Brasil. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.442/2004, da Comissão de Saúde, que solicita informações ao Diretor do Hospital João Penido, de Juiz de Fora, relativas à reportagem publicada no jornal "Tribuna de Minas", na data que menciona, sobre perdas de órgãos doados para transplantes. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.444/2004, da Comissão de Segurança Pública, que solicita ao Delegado de Polícia de Poços de Caldas cópia do inquérito policial das investigações sobre desvio de 84 mil sacas de café dos galpões da Cooperativa dos Cafeicultores da referida cidade. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.453/2004, do Deputado Padre João, que solicita informações ao Presidente do IPSEMG sobre a situação do atendimento médico-odontológico nas cidades do interior de Minas Gerais, uma vez que esses serviços foram suspensos no início de 2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.472/2004, da Comissão de Saúde, que solicita ao Secretário da Saúde informações sobre o quadro de pessoal das cinco Centrais Regionais de Notificação, Captação e Doação de Órgãos em Minas Gerais, sob a responsabilidade operacional da FHEMIG. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão da indicação dos nomes da Srª. Marinêz Fulgêncio Murta e dos Srs. Paulo José de Araújo, Stéfano Barra Gazzola, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Cid Veloso, Fuad Haddad, Alexandre Magno Leão dos Santos e Arthur Eugênio Quintão Gomes para comporem o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação dos nomes.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.956, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.201/2003, da Deputada Marília Campos, que consolida a legislação estadual que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes -, estabelece tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial a elas aplicáveis e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.466/2004, do Governador do Estado, que cria e disciplina o Programa de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e do Trabalho opinam pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 10, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 360/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 431/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 438/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 743/2003, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a destinação preferencial dos apartamentos térreos nos edifícios construídos pelos programas de habitação do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação .

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.075/2003, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Weliton Prado, que define composição do Conselho Estadual de Educação e estabelece realização da Conferência Estadual de Educação. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.294/2003, do Governador do Estado, que institui e estrutura as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, apresentadas pela Comissão de Justiça. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 4, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs

5 a 14, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 4, da Comissão de Justiça, 5 a 14, da Comissão de Administração Pública, e a Emenda nº 15, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.312/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Pontas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.395/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.396/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 919/2003, do Deputado Ivair Nogueira, que determina notificação compulsória de violência contra a mulher atendida nos serviços de urgência e emergência. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 961/2003, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre o Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define políticas e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.126/2003, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a exploração econômica do turismo nas regiões de represas e lagos artificiais localizados no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 18/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.127/2003, da Deputada Marília Campos; 1.350 e 1.353/2004, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 842/2003, do Governador do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 50/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.835/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.839/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.846 e 2.847/2004, da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 18/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.829 e 2.832/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.843/2004, do Deputado João Bittar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 18/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.357/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 1.431/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 321/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.374/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.417 e 1.453/2004, do Deputado Padre João; 1.449/2004, do Deputado Célio Moreira; 1.462/2004, do Deputado Chico Simões; 1.463/2004, do Deputado Leonídio Bouças.

Requerimentos nºs 2.831/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.845/2004, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 18/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.827/2004, do Deputado Antônio Andrade; 2.869 e 2.870/2004, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 18/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 639/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.391/2004, do Deputado Leonardo Quintão; Projeto de Resolução nº 1.516/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.290/2003, do Deputado Ricardo Duarte.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.868/2004, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 639/2003, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o fundo estadual de defesa agropecuária e dá outras providências, no 1º turno, a requerimento do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 19/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.851/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 19/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 984/2003, do Deputado Ivair Nogueira; 1.415/2004, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.477/2004, do Deputado Miguel Martini.

Finalidade: debater, com convidados, os danos ambientais que vêm afetando o lago de Três Marias, com a destruição de nascentes e a retirada de matas ciliares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 19/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 19/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.121/2003, do Deputado Gilberto Abramo; 1.128/2003, da Deputada Marília Campos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 18/5/2004, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior, e, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Requerimentos nºs 2.441/2004, da Comissão do Trabalho, que solicita ao Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais cópia do contrato firmado entre essa autarquia e a empresa GTech do Brasil; 2.442/2004, da Comissão de Saúde, que solicita informações ao Diretor do Hospital João Penido, de Juiz de Fora, relativas à reportagem publicada no jornal "Tribuna de Minas", na data que menciona, sobre perdas de órgãos doados para transplantes; 2.444/2004, da Comissão de Segurança Pública, que solicita ao Delegado de Polícia de Poços de Caldas cópia do inquérito policial das investigações sobre desvio de 84 mil sacas de café dos galpões da Cooperativa dos Cafeicultores da referida cidade; 2.453/2004, do Deputado Padre João, que solicita informações ao Presidente do IPSEMG sobre a situação do atendimento médico-odontológico nas cidades do interior de Minas Gerais, uma vez que estes serviços foram suspensos no início de 2003; e 2.472/2004, da Comissão de Saúde, que solicita ao Secretário da Saúde informações sobre o quadro de pessoal das cinco Centrais Regionais de Notificação, Captação e Doação de Órgãos em Minas Gerais, sob a responsabilidade operacional da FHEMIG; e da Indicação, feita pelo Governador do Estado, dos nomes da Srª. Marinêz Fulgêncio Murta e dos Srs. Paulo José de Araújo, Stéfano Barra Gazzola, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Cid Veloso, Fuad Haddad, Alexandre Magno Leão dos Santos e Arthur Eugênio Quintão Gomes para comporem o Conselho Estadual de Educação; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 15.956, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo; e dos Projetos de Lei nºs 360/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica; 431/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica; 438/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis; 743/2003, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a destinação

preferencial dos apartamentos térreos nos edifícios construídos pelos programas de habitação do Estado; 919/2003, do Deputado Ivair Nogueira, que determina notificação compulsória de violência contra a mulher atendida nos serviços de urgência e emergência; 961/2003, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre o Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define políticas, e dá outras providências; 1.075/2003, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Weliton Prado, que define composição do Conselho Estadual de Educação e estabelece realização da Conferência Estadual de Educação; 1.126/2003, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a exploração econômica do turismo nas regiões de represas e lagos artificiais localizados no Estado de Minas Gerais; 1.201/2003, da Deputada Marília Campos, que consolida a legislação estadual que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes -, estabelece tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial a elas aplicáveis e dá outras providências; 1.294/2003, do Governador do Estado, que institui e estrutura as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado de Minas Gerais; 1.312/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Pontas o imóvel que especifica; 1.395/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica; 1.396/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - o imóvel que especifica; e 1.466/2004, do Governador do Estado, que cria e disciplina o Programa de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de maio de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Paulo Piau, Leonídio Bouças e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/5/2004, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o parecer para o 1º turno sobre a Emenda nº 2, apresentada em Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da UEMG, e se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Antônio Carlos Andrada, Márcio Passos e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2004, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Emenda nº 1, à Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2004.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, André Quintão, Olinto Godinho e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/5/2004, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 58/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2004.

Doutor Viana, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2004, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.354/2004, do Governador do Estado, e para esclarecimento da destinação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados pela União ao Estado de Minas Gerais, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.477/2004

Relatório

De autoria do Deputado Miguel Martini, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Clube dos Protetores dos Pássaros - CPP -, com sede no Município de Manhumirim.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em análise, no cumprimento de seu objetivo estatutário, realiza um trabalho fundamental para o meio ambiente, especialmente para a proteção da fauna.

Dessa forma, exerce vigilância contínua para proteger os pássaros de danos diretos e indiretos provocados pelo homem.

Promovendo palestras, encontros e seminários, amplia a conscientização das pessoas, em particular das crianças e dos jovens, para assumirem um papel de defensores das várias espécies ameaçadas de extinção.

No trabalho de divulgação de suas atividades, fica consolidado seu compromisso com a natureza. Portanto, merece o reconhecimento do poder público, traduzido na concessão do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.477/2004.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2004.

Doutor Ronaldo, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/5/2004

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer da minha felicidade, da minha honra e da minha alegria pela presença, na tarde de hoje, dos estudantes da Escola da Criança, da cidade de Uberlândia. Parabéns toda essa moçada que é formadora de opinião. É muito importante vocês conhecerem o Poder Legislativo e é uma forma também de vocês conhecerem de perto o trabalho dos Deputados. É importante participar, mas também cobrar, fiscalizar e dar sugestões. Parabéns os Profs. Aluísio, o Degane, a Raquel, o Osmar e toda a assessoria da Casa. Esse é um projeto maravilhoso: a possibilidade de crianças e jovens conhecerem o trabalho da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira, aconteceu um fato que me deixou muito entristecido. Apresentamos um requerimento ao Governador do Estado solicitando que o Secretário da Fazenda proceda à devolução dos valores relativos à taxa de incêndio potencial criada no Estado, pagos pelos contribuintes proprietários de imóveis residenciais.

No dia 21 de abril, o Governador Aécio Neves divulgou para toda a imprensa de Minas Gerais que estava suspendendo a cobrança da taxa de incêndio. No dia seguinte, no entanto, quando lemos a resolução, constatamos que S. Exa. não havia suspendido nada. Ele havia apenas prorrogado o pagamento até o dia 29/4/2005. Então, no ano que vem, a população teria que pagar, duas vezes, a taxa de incêndio.

O Governador também assumiu o compromisso de que devolveria o dinheiro para todas as pessoas que já tivessem pago a taxa de incêndio residencial. Infelizmente, centenas de pessoas pagaram a taxa de incêndio, mas, até o momento, o Governador ainda não cumpriu sua palavra. Com o anseio de ajudar S. Exa. a cumprir sua palavra, apresentamos um requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira, para que o Secretário, com o Governador Aécio Neves e a Procuradoria, estudassem uma forma de fazer a devolução para as pessoas que pagaram a taxa.

Sem entrar no mérito, a taxa de incêndio é injusta, inconstitucional, ilegal e imoral. A base de cálculo é o tamanho do imóvel, o que é típico de impostos municipais, como o IPTU. Mais uma cobrança significa tributação. Fere o art. 145, II, da Constituição Federal, que prevê cobrança de tributos quando o serviço for divisível. A taxa de incêndio é indivisível. Quando vamos ao correio e colocamos uma carta, pagamos pelo serviço; isso também ocorre ao autenticarmos um documento em cartório. O Governador pensa que todas as residências mineiras pegarão fogo, o que não ocorrerá. É um serviço indivisível. Se o cidadão não pagou a taxa de incêndio - muitos não pagam nem energia -, e a casa pegou fogo, o Corpo de Bombeiros não irá apagar o incêndio? É sua obrigação. Fere, ainda, o art. 152, da Constituição do Estado, que é o princípio da uniformidade, estabelecendo que a instituição de tributos deve ser uniforme para os 853 municípios. A taxa está sendo cobrada em 64 municípios.

Com a desoneração do diesel, Minas Gerais perdeu, em seis meses, R\$150.000.000,00. Não somos contra, mas o acordo feito não foi cumprido. Previa-se a abertura de 200 postos com geração de 6 mil empregos e redução do preço, o que não ocorreu. É imoral. Houve desconto de 50% do IPVA e do licenciamento para os veículos, mas os valores aumentaram para a população. É injusto. Entramos com uma ADIN e esperamos que seja julgada o mais rápido possível, pois acreditamos na justiça.

Estranhou-me uma matéria em que o Secretário de Planejamento, Dr. Anastasia, diz que a situação financeira do Estado é difícil e ameaça cortes no Tribunal de Justiça. Isso é uma ameaça ao órgão? Esperamos que não se curve a pressões. Há uma enxurrada de ações na justiça. O Atlético ganhou e conseguiu a suspensão da cobrança da taxa de incêndio por meio de um mandado de segurança coletivo. Parabéns as Associações Comercial e Industrial de Uberlândia, Araguari e a CDL de Uberlândia, que conseguiram a suspensão.

Também em Juiz de Fora há decisão em primeira instância suspendendo a cobrança dessa taxa. A Federação do Comércio conseguiu que mais de 400 mil empresas não pagassem a taxa.

Será julgado o mérito da ação. Temos confiança de que será feita justiça, porque a taxa de incêndio é descabida, de caráter confiscatório. Sabemos da dificuldade em que se encontra o Estado de Minas Gerais, não sendo possível aceitar a criação de mais um imposto. O Governador empenha-se para que essa taxa seja cobrada, e o Secretário da Fazenda fará tudo para que isso ocorra. Os Procuradores do Estado deverão se empenhar para derrubar as liminares. O Governador está realmente agindo com muita paixão ao cobrar a taxa de incêndio.

Quando almoçava hoje com a minha menina de 6 anos, ela pegou um guardanapo branco, enrolou-o num garfo, balançou-o como se fosse uma bandeira e disse-me: "Acho que o Governador deveria fazer assim - declarar paz à população de Minas Gerais". Fazemos esse apelo ao Governador, que não precisa ter vaidade, mas reconhecer que errou, pois essa taxa é prejudicial à população mineira. Não é preciso fazer discurso nem birra, porque quem ficará prejudicado será o povo de Minas.

As empresas estão ganhando no Poder Judiciário, que já está concedendo enxurrada de liminares.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Weliton Prado. V. Exa. é sempre atuante, fervoroso em seu posicionamento. Tenho certeza de que não poderia ficar calado. Estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento, e duas ponderações de V. Exa. ferem a instituição e o Governo. V. Exa. disse que o Governo está fazendo chantagem quanto à forma como tem divulgado as notícias sobre a situação financeira do Estado. Desde os outros Governos, é pública e notória a situação que atravessamos. Mas há uma vantagem: a transparência do Governador Aécio Neves. Em nenhum momento, da mesma forma como o Secretário Anastasia ou qualquer outro Secretário, passou a idéia de que estávamos vivendo em um mundo de ilusões. Acima de tudo, temos de ter política pública centralizada, com transparência e condição de governabilidade.

Em um segundo momento, V. Exa. manifestou que precisamos viver em paz. Quero desafiar quem aponte outro Estado que esteja em paz como Minas Gerais, que, atualmente, é o Estado que mais produz e mais participa ativamente, por meio das gestões do Governo. Estamos, portanto, vivendo em paz. Entretanto, vivemos momentos importantes nessa conjuntura socioeconômica, que, sem dúvida alguma, tem trazido turbulência, o que nos tem proporcionado fazer reflexão muito profunda. Mas não se trata de Minas Gerais, e sim do Governo Federal.

Quero associar-me a V. Exa. quando fala de paz, apesar de vivermos em paz em Minas Gerais. Não temos convivido com outros problemas, como ocorre em São Paulo ou no Rio de Janeiro. O nosso Governador tem dado atenção à Polícia Militar, à saúde e à educação. Tem feito muitos investimentos, observando a sua disponibilidade e, principalmente, o seu planejamento orçamentário.

Com todo o respeito e o carinho que tenho por V. Exa., não precisamos fazer chantagem. Em nenhum momento o Governador usou isso e nem permitirá que algum Secretário o faça. Estamos em estado de graça, porque, sem dúvida alguma, o nosso Governador tem sido grande conselheiro do Presidente Lula. Tanto isso é verdade, que foi convidado a participar da visita oficial que o Presidente fará à China, o que proporcionará grandes investimentos para Minas Gerais.

O Deputado Weliton Prado* - Queremos transmitir paz e tranquilidade às pessoas que mal conseguem pagar o aluguel e ainda têm de pagar a taxa de incêndio. Para quem tem comércio, a situação é ainda mais difícil, pois há muitos tributos e impostos. A carga tributária no Brasil é pesada, sendo a de Minas Gerais uma das mais altas, considerando-se todos os Estados da Federação.

O Governador deveria dar um alento e parar de fazer disputa. Deve aprovar o projeto que revoga, em caráter definitivo, a taxa de incêndio. Porém, o Governador quer fazer queda de braço. Disse que irá às últimas instâncias, que brigará e fará de tudo para cobrar essa taxa da população do Estado de Minas Gerais. Podem ter certeza de que também iremos às últimas conseqüências. O Bloco PT-PCdoB brigará, até as últimas instâncias, no Supremo Tribunal Federal.

Continuaremos mobilizando a população, pois, por meio desse clamor público, o Governador recuou e faltou com a verdade duas vezes: a primeira, quando disse que suspenderia a taxa, mas não o fez; apenas prorrogou esse pagamento para até o ano que vem, quando as pessoas precisarão pagar a taxa duas vezes; e faltou com a verdade pela segunda vez, quando disse que devolveria o dinheiro das pessoas que tinham pago a referida taxa.

Temos de fazer com que o Governador cumpra sua palavra. Ele está numa saia justa, pois tem de cumpri-la. Dentro da legislação, só se for por meio de um projeto votado nesta Casa. O Governador prometeu algo que não podia cumprir. Será que lhe faltou uma assessoria? Ele deve vir a público e admitir o erro. Deve pedir desculpas à população de Minas Gerais e dizer que não pode devolver o dinheiro, pois, se o fizer, estará ferindo a LRF e cometendo um crime de improbidade administrativa. A única maneira de o Governador corrigir seu erro é aprovando um projeto, nesta Casa, que revogue a taxa de incêndio. Queremos acabar definitivamente com essa taxa para os comerciantes, para as indústrias e para quem possui residência. Pare de fazer disputa, Sr. Governador.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes, povo de Minas Gerais, inicialmente cumprimento os amigos de São João do Paraíso aqui presentes: nosso Presidente, o Vereador Sousa; os Vereadores Adevaldo e Toninho; e João Catitu e Everaldo.

São João do Paraíso localiza-se no extremo Norte do nosso Estado, na divisa de Minas Gerais com a Bahia. É praticamente a última fronteira de Minas Gerais. Possui mais de 20 mil habitantes. Está a, mais ou menos, 350km de Montes Claros e a quase 800km de Belo Horizonte. Esse município passa por diversas dificuldades.

A economia fundamenta-se na agropecuária e na exploração do carvão vegetal nos reflorestamentos.

É uma cidade que tem vocação para crescer e que tem um povo atento a tudo que acontece em seu município e no nosso Estado. Seus Vereadores aqui presentes vieram tratar especificamente do projeto de asfaltamento de sua via de acesso - uma rodovia mineira, 70km de estrada de terra - e do programa de eletrificação rural.

Nossos companheiros estão atentos ao desenvolvimento e bem-estar dessa cidade, que tenho a honra de representar nesta Casa Legislativa, e vieram trazer denúncias gravíssimas com relação à sua administração.

Estivemos ontem no Ministério Público e protocolamos uma farta documentação mostrando a improbidade administrativa do Prefeito atual, a falta de zelo público e a perseguição aos funcionários públicos que não aceitam os desmandos e abusos cometidos. Entregamos ao Promotor responsável por crimes de Prefeitos em Minas Gerais, Dr. Gilvan, notas fiscais frias; notas fiscais emitidas por empresas fantasmas; notas

fiscais de empresas que atestam terem executado serviços em São João do Paraíso, os quais comprovadamente não foram executados; e notas fiscais de diferentes empresas com sede em Curvelo e em São João do Paraíso, preenchidas com a mesma letra, pela mesma pessoa. Não é preciso ser nenhum "expert" para constatar o fato. Os Vereadores solicitaram o estudo das caligrafias para comprovar o verdadeiro absurdo que acontece na cidade.

Com uma certa surpresa, recebemos do Dr. Gilvan documentos que comprovam a denúncia da existência de outros 15 processos contra o atual Prefeito. Há processos relativos ao descumprimento de decisões judiciais; à presença de empresas fantasmas no município - citam várias empresas, envolvendo mais 26 municípios do Norte de Minas -; à perseguição de funcionários que não votaram no Prefeito e foram transferidos para as localidades mais distantes do município - uma verdadeira covardia contra funcionários da área da saúde, da educação, etc. -; à apropriação de dinheiro público; enfim, com o processo de ontem, temos um total de 16 processos contra o Prefeito.

Isso não é motivo para comemoração de nossa parte. Todas as vezes em que Prefeituras do Norte de Minas são citadas de forma tão vergonhosa, ficamos tristes. São Prefeituras pobres, que precisam, mais do que nunca, ser bem administradas, com o apoio do poder público, pois seus recursos são escassos. E as dificuldades que enfrentamos em nível estadual e federal ajudam a piorar, cada vez mais, a qualidade de vida de nosso povo.

Estamos procedendo a essa denúncia, em solidariedade aos companheiros Vereadores, sem nenhum sentimento de alegria em nossos corações. Estamos tristes porque gostaríamos de, mesmo em se tratando de um Prefeito que não nos apoiou e que faz oposição ao grupo presente, estar anunciando atos da Prefeitura para ajudar a população carente e para ajudar a combater a seca no Município de São João do Paraíso, que, há poucos meses, estava quase em estado de calamidade pública, com o seu principal rio, o São João, secando. Gostaríamos também de estar anunciando uma melhoria para o transporte coletivo e avanços no setor da saúde pública, pois a cidade possui um único hospital, que é uma fundação e está nas mãos do Prefeito. Há também um processo de má aplicação dos recursos por parte desse hospital. Sendo assim, o nosso sentimento é de tristeza.

É importante salientar que esse Prefeito não apenas tem praticado esses abusos inomináveis contra o povo de São João do Paraíso, como também, utilizando-se de força bruta, impediu a constituição de uma CPI no município, fazendo com que os Vereadores da Situação não pudessem comparecer à Câmara Municipal. Mesmo dispondo do poder de legislar pelo município, os Vereadores não puderam estar presentes na Câmara, pois foi montada uma verdadeira operação de guerra à sua porta. Aqueles que comparecessem, certamente, enfrentariam a fúria e a represália do Prefeito de São João do Paraíso.

Apenas cinco Vereadores não se curvaram à força do chicote e compareceram a São João do Paraíso para assistirem, frustrados, a centenas de pessoas pedindo que os episódios fossem ali expostos. Mas os Vereadores da Situação não compareceram.

O Dr. Gilvan, Promotor Público responsável por crimes contra Prefeitos, acatou prontamente a denúncia, baseando-se na Constituição Federal. Esses dois cidadãos tiveram a coragem de vir a Belo Horizonte apresentar mais provas contra esses atos de corrupção que se instalaram em São João do Paraíso. Por isso mesmo, o Promotor acatou mais essa denúncia, comprometendo-se a, como é do seu costume, encaminhá-la ao Tribunal de Justiça.

Os bons Prefeitos aí estão, aos trancos e barrancos, fazendo tudo para pagar o 13º salário aos servidores e terminar seu mandato com dignidade, enquanto os maus Prefeitos permanecem no limbo da lei.

Muitas denúncias são apresentadas, e o resultado só aparece depois de três anos ou três anos e meio. Há processos que foram apresentados no início do mandato do atual Prefeito, e, até agora, faltando pouco mais de sete meses para a conclusão do mandato, o Tribunal de Justiça enfrenta a costureira burocracia e morosidade, que se dá graças às treitas da lei, de que alguns advogados se valem para protelar as decisões. É um recurso aqui, outro acolá, circulando entre Brasília, Minas e Tribunal de Justiça, e os maus Prefeitos a zombar livremente do povo, como anda ocorrendo em São João do Paraíso.

Ontem, graças a Deus!, concretizou-se a cassação do Prefeito de Varzelândia, aquele mesmo senhor que comprou bacalhau para a merenda escolar dos meninos da cidade e que declarou estar no lucro de três anos e meio. Reconhece que deveria ter sido cassado no primeiro dia do seu segundo mandato. Apareceu no "Ratinho" e era uma daquelas formigas cabeçudas que a revista "Veja" acusou de corroer a economia e promover a corrupção em Minas Gerais. Ontem, o povo de Varzelândia pôde soltar foguetes pela sua saída da Prefeitura.

Que possamos, em breve, fazer a mesma comemoração em São João do Paraíso, porque o povo daquela cidade está triste e querendo justiça! Os Vereadores são ameaçados por boletins apócrifos, com conjecturas amorais a respeito dos companheiros que são firmes, e não se faz justiça nesse município.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta o aparte e aproveito o momento para referendar seu pronunciamento. V. Exa. disse tudo quando se referiu à improbidade de vários Prefeitos, sobretudo em cidades pequenas. É um absurdo o que ocorre pelo interior afora.

Parabenizo o Deputado por liderar, juntamente com esse grupo de Vereadores, o movimento para retirar da administração pública os administradores ímprobos.

Infelizmente, a justiça é lenta e morosa. Precisava ser mais atuante. O Ministério Público, por intermédio da Promotoria de Denúncias contra as Prefeituras, tem sido responsável por deliberações interessantes, mas o Tribunal não lhes dá a agilidade necessária.

Deputado Carlos Pimenta, parabenizo-o pelo trabalho difícil e árduo que vem realizando com tanto devotamento.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço a participação do Deputado Doutor Viana, companheiro do Norte de Minas, médico, ex-Prefeito de Curvelo, cuja gestão deixou saudades. Seu exemplo, Doutor Viana, deveria ser seguido por muitos Prefeitos.

Minha última mensagem aos Vereadores Souza, Devaldão, Toninho, Heraldo e João Catitu é que voltem à sua cidade com a consciência tranqüila do dever cumprido e que não se intimidem. Fiquem firmes, porque é de Vereadores e cidadãos como vocês que estamos precisando: pessoas que têm coragem; pessoas que não se dobram, que não se vendem; pessoas que representam com dignidade o povo. Vocês representam condignamente o povo de São João do Paraíso.

Estamos em Belo Horizonte, como Deputado Estadual votado em São João do Paraíso, cobrando ações do Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

Contem com o respaldo deste parlamento. No dia em que se fizer a justiça que tanto esperamos, quero comemorar com vocês a liberdade do

povo de São João do Paraíso. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, mineiras e mineiros que acompanham os nossos trabalhos nas galerias e pela TV Assembléia, especialmente os Vereadores que representam o Norte de Minas, vivemos atualmente sob o manto de um Governo popular, e, após 16 meses, ainda acredito em seus propósitos e mantenho esperanças em futuras mudanças. A geração de empregos, infelizmente, ainda não se mostrou efetiva, e, aqui em Minas Gerais, atuando completamente na contramão dessa necessidade, vemos o Banco Itaú, que atingiu o lucro de R\$3.152.000.000,00 no ano passado, fechar cerca de 25 agências pioneiras. Mas não pararão por aí, pois pretendem fechar 40 unidades.

Cerca de 180 funcionários serão demitidos, num momento em que a sociedade sofre com o desemprego. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, onde está a responsabilidade social dessa empresa? Além das demissões, causará transtornos sérios aos que dependem dessas agências, principalmente nas cidades que contavam apenas com elas, como pequenas cidades vizinhas da minha Sete Lagoas: Araçá e Funilândia. Muitos clientes são aposentados que recebem salário mínimo, pessoas simples, a maioria, idosos, que, fatalmente, cairão nas mãos dos oportunistas que, ardilosamente, campeiam nas regiões próximas aos Bancos nas médias e grandes cidades.

Além disso, essas pessoas precisam pagar passagens para si e para seus acompanhantes, porque, infelizmente, apesar do Estatuto do Idoso, ainda não lhes é possível utilizar os ônibus intermunicipais gratuitamente. O Banco explicou - se é que há explicação para uma situação tão clara como essa - que o objetivo é atender melhor aos clientes e melhorar os processos de gestão do Itaú. Isso é absurdo, e, sinceramente, não esperava que acontecesse tal desatino. Peço às autoridades federais que fiquem ao lado do povo que sofre, apóiem-no, porque, infelizmente, somos subjugados pelas vontades dos banqueiros. Aproveito para aplaudir o Conselheiro Sylo Costa, do Tribunal de Contas de Minas Gerais, que se manifestou contrariamente a essa situação.

Tenho outro assunto a tratar. A invasão do depósito da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, na madrugada do dia 3 passado, mostra claramente o estado de calamidade pública da nossa segurança, principalmente nos grandes centros. Como nos filmes policiais, os bandidos têm realizado manobras espetaculares e retirado dos depósitos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica minas terrestres, armas perigosíssimas, causadoras de verdadeiras desgraças como morte e amputação de membros, exemplos vistos com frequência pela TV, e encontrados facilmente em Angola, na África. Essas minas foram encontradas na casa de um traficante, na favela da Coréia, na zona oeste do Rio. Ainda bem que podemos contar com a ajuda de Deus. As armas, as munições e os aparelhos de guerra subtraídos das forças institucionais, somadas às que atravessam as nossas fronteiras, por contrabando ou por facilitação nas barreiras, alimentam a guerra urbana, desde um pequeno delito a um verdadeiro confronto entre gangues ou quadrilhas, ficando a sociedade à mercê das balas perdidas. É indiscutível que hoje existe um outro Estado, paralelo, o Estado da desordem, fora da lei, mas muito bem armado e que, cansado de se ver frente à frente com a PM, afronta descaradamente as Forças Armadas. Trata-se de uma guerra civil sem fim, com índices de mortes que assustam todo o mundo. Mata-se mais nessa guerra urbana que nas guerras do Iraque e do Oriente Médio, em geral.

A razão de tudo isso, como sabemos, é o narcotráfico. Há confrontações para tomar ou garantir pontos de venda de drogas, ou ações para garantir fundos para a compra de drogas no atacado ou armas poderosas no contrabando. É necessário, sim, que todas as forças se unam nesse combate e que tudo seja feito para a defesa da família, que se acha tão ameaçada. É necessário, também, que haja um aprimoramento no Código Penal, porque esses bandidos, sejam os de pé no chão ou os engravatados, devem receber punição justa.

Um outro assunto é que algumas famílias às vezes nos procuram, pedindo ajuda para a solução de problemas cruciais que as afligem. Quase sempre são problemas ligados a seus filhos, que não lhes obedecem, que têm conduta suspeita, muitos por estarem envolvidos com drogas, pequenos roubos e até casos mais graves. Eles se perguntam por que isso acontece. Costumo representar o relacionamento entre pais e filhos na forma de um triângulo equilátero invertido, que, em duas extremidades, as superiores, têm, numa, o pai e, na outra, a mãe; e na extremidade inferior, o filho. Em outras palavras, as forças que agem na formação psicológica do filho têm de ser equípotentes, iguais. O filho necessita ter acompanhamento de pai e mãe, para que lhe seja oferecida segurança emocional.

Digo isso para mostrar que existem várias entidades que, além dos pais, preocupam-se com a formação das crianças e dos jovens.

Entre tantas, quero destacar os grupos de escoteiros. Só agora tenho a oportunidade de render a eles a minha homenagem pelo belíssimo trabalho e pelo Dia Internacional do Escoteiro, comemorado em 23 de abril. Faço aqui um parêntese para cumprimentar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor da Lei nº 13.690, de 28/7/2000, ainda não regulamentada, que trata do escotismo na escola.

O escotismo oferece oportunidade de crescimento e desenvolvimento do ser humano, uma vida voltada para valores mais elevados, encontro com outros jovens que, buscando algo em comum, melhoram o relacionamento entre as pessoas e também na família. A máxima de Baden-Powell, fundador do escotismo, é que alcançamos a felicidade quando fazemos os outros felizes. O dever para com Deus, o dever para com o próximo e o dever para consigo mesmo são os princípios do escotismo. A regra que os rege é que os jovens têm direitos, os chefes têm deveres e os pais, obrigações.

O escotismo é uma das soluções que existem para mostrar um novo caminho para as famílias que realmente querem formar cidadãos e cidadãs para construir um Brasil melhor. Nesta oportunidade quero homenagear o Grupo Escoteiro do Ar Padre Eustáquio, na pessoa do chefe Ivan Eustáquio de Oliveira, e o Grupo de Escoteiros Antônio Mourão Guimarães, na pessoa do chefe Carlos Magno Torres, que completou 37 anos no dia 7 de maio.

Além de proporcionar aos jovens excelentes oportunidades de socialização e crescimento, os grupos de escoteiros desenvolvem importante trabalho social.

O Grupo Antônio Mourão Guimarães, por exemplo, doa mensalmente cestas básicas à comunidade cadastrada no Bairro Taquaril, em Belo Horizonte.

Assim são formados os escoteiros, que o lorde Baden-Powell vislumbrava como o futuro bom cidadão, o que ele chamava de homem de honra, com autodomínio, confiança em si mesmo e interesse em servir à sociedade.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Estou ouvindo atentamente o seu discurso, no qual V. Exa. aborda vários assuntos importantes. Entre todos, destaco um, que está afligindo muitas pessoas na nossa sociedade.

Refiro-me ao BEMGE. V. Exa. disse muito bem sobre o absurdo que está ocorrendo.

Participamos aqui de uma CPI em que investigamos, analisamos e estudamos como foi a privatização desse Banco, quando o Estado de Minas Gerais - diga-se, o povo - , pagou uma vultosa quantia para sanear-lo; valor muito acima do que foi pago pelo vencedor Itaú, que o arrematou.

Conseguimos perceber, entre outras coisas, que o Banco vencedor - não sabíamos se era do conhecimento prévio do Estado que o Itaú ganharia -, por meio de um convênio, receberia os pagamentos, os depósitos dos funcionários e as contas das entidades do Estado. E, por cada ato desse, o Estado pagaria em torno de R\$0,30.

Ora, o lucro é grande. Primeiramente, sabemos que o Banco manipula o dinheiro por alguns dias, num relacionamento que possui com o Banco Central, e o Estado ainda paga para fazer esses depósitos e essas movimentações. Então, o Banco tem um lucro extraordinário. Mas, havia um item no contrato que garantia uma ação social do Banco: manteria as pequenas agências do BEMGE e não desempregaria todos os funcionários. Nada disso aconteceu. Imediatamente, o Banco despediu 4 mil funcionários e, nesses seis anos, mais 4 mil funcionários; desempregando mais de 8 mil famílias. Não era esse o programa social que o Banco deveria fazer. Agora, o Banco está fechando as pequenas agências nas cidades onde há apenas uma agência bancária. Sabemos que causará grande transtorno aos pensionistas, aposentados, funcionários das Prefeituras e aos idosos dessas cidades.

Mais uma vez, parabeno-o pelo seu pronunciamento. Temos de permanentemente abordar esse assunto até que o Banco reabra essas agências ou então renegocie o seu não-fechamento. Isso é um absurdo. Portanto, peço providências ao Governo do Estado.

Ontem as Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira se reuniram - estive presente - com o representante do Banco Itaú. Esperamos que, a partir dessa reunião e desse alerta de hoje, o Governo do Estado e o Banco Itaú discutam rapidamente a situação, para colaborar com a população. Se fecharem todas as agências previstas no Estado, mais de 600 mil mineiros ficarão sem assistência bancária. Isso não estava previsto no contrato assinado entre o Banco Itaú e o Estado. Obrigado.

O Deputado Doutor Ronaldo - Deputado Doutor Viana, eu não era a favor, mas, ante essa situação, acredito que o financiamento público das eleições dará certo. Infelizmente são os Bancos que financiam os grandes políticos no País. Estou nesta tribuna, sou Deputado Estadual, e nunca bati, de pires na mão, em porta de empresa para pedir algum centavo de ajuda. Portanto a decisão é minha e não depende de empresa nem de Banco. É triste ver, no País, centenas e milhares de políticos às portas dos Bancos pedindo esmolas para se transformarem em Deputados Federais, Senadores, Vereadores, etc.

Neste momento, temos de pensar no financiamento público das eleições e veremos onde ficarão esses Bancos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, obrigado. Saúdo os nobres Deputados e os que nos acompanham nas galerias. Venho a esta tribuna para compartilhar com esta Casa um episódio que se iniciou no dia 29 de abril na Usina Hidrelétrica de Candonga, mais precisamente no povoado de Soberbo. Na madrugada do dia 28, chegaram a esse povoado 70 policiais, para desalojar as famílias, porque essa área será inundada para a construção de uma hidrelétrica. Grande parte deles é do batalhão do Município de Manhuaçu.

No dia 29, quando se tomou conhecimento do uso da força, promoveu-se uma reunião do COPAM nesta Casa. A informação que obtivemos é que entraram em contato com a polícia, que saiu dessa área e retornou para Manhuaçu. Na sexta-feira, fui até lá e verifiquei o sofrimento da comunidade. As pessoas não dormiam. A noite inteira, permaneceram em vigília e se revezaram na entrada desse distrito, porque se sentiam inseguros. Por lá passavam cidadãos desconhecidos que, de certa forma, ameaçavam as famílias que resistiam. É importante salientar que a maioria dessas famílias resistia por questão de solidariedade a outras famílias, que foram totalmente ignoradas pelo consórcio formado pela ALCAN e pela Vale do Rio Doce; aliás, foram ignoradas porque o processo se iniciou de maneira errada. É difícil consertar um processo que começa atropelado. Por isso, nesta Casa, tramitou uma proposição, de minha autoria e da Deputada Maria José Haueisen, para procurar amenizar, no início, esses conflitos, ou seja, desde o Estudo de Impacto Ambiental - EIA - e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

Sr. Presidente, para surpresa das famílias que resistiam, na segunda-feira, dia 3 de maio, já não havia 70 policiais em Soberbo, mas sim 192, para desalojá-las. Houve uso abusivo da força. Quem encontraremos nesse povoado? Uma senhora de 93 anos, trabalhadoras e trabalhadores já cansados e abatidos, pois há anos vivem nesse processo de insegurança. Há pessoas que tentaram até suicídio. Há mais de um ano, o João Caetano desapareceu no canteiro de obras do consórcio da ALCAN e da Vale do Rio Doce. Ocorreu até uma audiência pública, junto com a Comissão de Direitos Humanos, para discutir o seu desaparecimento. Até hoje ele não foi encontrado. E para defender o consórcio, utilizam-se 192 policiais. Onde está a investigação sobre esse desaparecimento? Quantas pessoas o Estado pôs à disposição dos familiares para investigá-lo? Concedo aparte ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Padre João, essa discussão é bastante pertinente. No ano passado, a Comissão de Direitos Humanos fez uma audiência pública em Soberbo, Santa Cruz do Escalvado, e depois visitamos o canteiro de obras da Nova Soberbo. Constatamos a forma violenta e arbitrária com que o consórcio agia e o desaparecimento de um dos líderes do movimento, Sr. João, ficou sem explicação. Além disso, o órgão ambiental estadual concedeu licenças prévia e de instalação para as obras sem considerar a realidade social, e o projeto de desenvolvimento previsto para Nova Soberbo não foi realizado. A implantação de um projeto previsto para a cidade de Rio Doce também não ocorreu.

Repudiamos a violência da ação da polícia na semana passada. Além de serem necessários quase 200 policiais para retirar uma senhora de 93 anos, subversiva perigosa, também tentaram intimidar, com ordem de prisão, o Pe. Claré, da Arquidiocese de Mariana, responsável pelo movimento dos atingidos por barragens.

Sexta-feira, em Rio Doce, um cristão declarou que a igreja católica local, com o santíssimo no sacrário, estava sendo destruída pelas máquinas e pelos tratores da empresa. Foi preciso que o vigário retirasse o santíssimo do sacrário. Mas o pior, disse esse senhor, era ver cada cidadão ser expulso na base de violência, como se o próprio Cristo estivesse sendo atingido. Por que essa violência para desalojar os pobres, quando a obra está paralisada? O consórcio não cumpriu suas obrigações, e já perdeu, de novembro até agora, R\$100.000.000,00. Teria sido mais barato se houvesse cumprido todas as determinações legais e sociais. E, quando ainda havia uma medida liminar, as casas foram derrubadas.

Aliamo-nos ao pronunciamento de V. Exa., e mostramos o outro lado do Governador do Estado que a imprensa não divulga. A Comissão de Direitos Humanos encaminhou ofício repudiando a ação da polícia na semana passada, exigindo que o Governo providencie as investigações pertinentes. Comunicamos também ao Arcebispo de Mariana, D. Luciano Mendes, a agressão e violência sofrida pelo prédio da igreja. Obrigado.

O Deputado Padre João* - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. Foi muito bem lembrado o plano de reativação econômica. Para a desapropriação, obrigando esses cidadãos a desocupar aquele espaço, valeram-se do uso da força, patrocinados pelo Estado, por este Governo. Não há nenhum aceno indicando a reativação econômica daquela área. Ou seja, os pequenos agricultores, há mais de um ano, não podem plantar, em virtude da inundação. Se o tivessem feito, a área, desde novembro, teria sido inundada, como destacou o Deputado Durval Ângelo. Como sobrevive, então, esse povo? Mostramos aqui essa grande injustiça. Queremos expor ao povo mineiro a posição assumida pelo Governo do Estado, o tipo de desenvolvimento que ele pretende.

Com todo o respeito ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que também fez uso da palavra hoje, neste Plenário, e discordou do companheiro Weliton Prado, dizendo que neste Estado não há nenhum conflito, que aqui reina a paz, pergunto-lhe: que paz é essa? Entendo que até pode

haver paz dentro desta Casa, porquanto recebemos um bom salário e temos grande segurança. Porém, entendo que estamos alheios à realidade do Estado de Minas Gerais, onde agricultores e seus familiares são tocados de sua própria terra. Ou seja, o Governo está fazendo uma reforma agrária inversa, beneficiando as grandes empresas. Como é possível alguém dizer que existe paz neste Estado, onde o servidor público há mais de 11 anos não tem reajuste salarial? Que paz têm esses pais e essas mães de família? Confesso que não consigo enxergá-la.

O que falo sobre a reforma agrária já foi retrucado desta tribuna. Vejam bem, o Governo Federal tem-se empenhado muito, mas não tem a contrapartida do Governo deste Estado, que alega ser a reforma agrária de competência do Governo Federal. Se é de competência do Governo Federal, por que o Estado criou uma Secretaria para tratar da reforma agrária? Por que um colega nosso está ocupando o cargo de Secretário da Reforma Agrária? Logo, há um grande equívoco na atual conjuntura do Estado de Minas Gerais. O Ministério de Desenvolvimento Agrário tem investido neste Estado, mas não encontra aqui seriedade, vontade política para fazer com que esses recursos cheguem aos pequenos agricultores.

É interessante compararmos os números de famílias assentadas neste e no Governo anterior. Se fizermos isso, observaremos números elevados no Governo anterior, tendo em vista que fazia reforma agrária até pelo correio. Isso é reforma agrária? Por isso obtiveram elevados números de assentamentos.

Mas a primeira ação do Governo não é para avançar em relação aos números, mas para consertar o serviço feito de forma errada, por décadas, dando-se a terra, mas não se garantindo nenhuma condição para que as famílias assentadas possam permanecer no campo de forma digna, produzindo.

Assim, não conseguimos enxergar ou experimentar a paz. Repudiamos essa ação ocorrida em Soberbo. A nova Soberbo, para onde as famílias estão se dirigindo, ainda tem muitos problemas. Já houve deslizamento em metade da rua recém-construída, e o asfalto já desmoronou. Casas precisaram ser derrubadas, o que também está acontecendo em Itueta e Resplendor.

Tenho em mão relatório do IBAMA, relativo ao consórcio entre Aimorés, Resplendor e Itueta, que traz os mesmos problemas. Esta Casa não pode ficar alheia a essa busca de infra-estrutura, que atropela, sobretudo, o pequeno agricultor.

Obrigado, Sr. Presidente. Conto com o apoio desta Casa para fazer acontecer a justiça e reinar a verdadeira paz no Estado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/5/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Joao Ailton Ferreira da Silva do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares, Vice-Líder do PFL.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Mutum. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.